

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Guilherme Stracke Ferro

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E AS POLÍTICAS DE
COOPERAÇÃO, INVESTIMENTO E COMÉRCIO NA ÁFRICA**

São Paulo

2023

Guilherme Stracke Ferro

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E AS POLÍTICAS DE
COOPERAÇÃO, INVESTIMENTO E COMÉRCIO NA ÁFRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com exigência parcial para obtenção do título de bacharel de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. ^o Dr. Augusto Leal Rinaldi

São Paulo

2023

Resumo

Desde os anos 1960, a China tem ganhado destaque nas relações Sul-Sul em especial no que diz respeito à cooperação internacional. Com as políticas de abertura econômica, a China passou a disfrutar de um grande desenvolvimento econômico o que fez com que o país precisasse buscar recursos primários para sustentar sua economia industrial, além de, no contexto da Guerra Fria, distanciar-se das potências mundiais. A cooperação internacional com o continente africano ganha destaque nesse contexto e a China passa a estar presente em diversos países realizando investimentos dos mais diversos, com destaque para as obras de infraestrutura e empréstimos no continente que visariam o benefício mútuo. Este trabalho pretende analisar como se deu esse processo e discutir a eficácia dos objetivos chineses e africanos bem como suas consequências.

Palavras-chave: China; África; Desenvolvimento econômico; Cooperação internacional.

Abstract

Since the 1960s, China has risen in south-south relations, especially within international cooperation after the Bandung Conference. With economic opening policies, China began to develop its economy, which meant that the country needed to seek for primary resources to feed its industrial economy and create distance from world powers in the Cold War era. International cooperation with the African continent gains prominence in this context in which China begins to be present in several countries making investments, emphasizing in infrastructure projects and loans on the continent which would create mutual benefits. This research aims to analyze how this process took place and discuss the effectiveness of Chinese and African objectives as well as their consequences.

Keywords: China; Africa; Economic development; International cooperation.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Exportação de manufaturados, produtos agrícolas e combustíveis	17
FIGURA 1 - Rotas da <i>Belt and Road Initiative</i>	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI - Fundo Monetário Internacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC - Partido Comunista da China

FOCAC - Forum on China–Africa Cooperation

ICAO - Organização da Aviação Civil Internacional

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. O MODO DE PENSAR CHINÊS E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA	10
3. PRECEDENTES: O DESENVOLVIMENTO DA CHINA E SUA PRESENÇA NA ÁFRICA NO SÉCULO XX.....	11
3.1 Primórdios da abertura econômica chinesa.....	13
3.1 O conceito de cooperação internacional e as características chinesas	14
3.2 Primeiras políticas de cooperação após a abertura	15
3.3 O desenvolvimento econômico chinês nos anos 1990	17
4. O boom econômico chinês dos anos 2000 e a necessidade da cooperação, de investimentos e comércio no século XXI.....	18
4.1 O papel da FOCAC nas relações China-África	20
4.2 A participação da África na <i>Belt and Road Initiative</i>	23
5. CRÍTICAS E PONDERAÇÕES À PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA.....	26
5.1 Uma forma de imperialismo?.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

Desde a cisão da parceria dos partidos comunistas da União Soviética e da China nos anos 1960, a República Popular da China iniciou uma empreitada de não-alinhamento com as potências mundiais da Guerra Fria e uma aproximação dos países do Terceiro Mundo. Nesse cenário, os países africanos fizeram parte de grandes projetos da política externa chinesa no que diz respeito à cooperação, comércio e investimentos. Nesse contexto, a China ainda não tinha uma influência econômica e política tão relevante se comparada aos Estados Unidos e à União Soviética. Porém, exerceu papel importante como balizadora, preenchendo espaços onde as potências tinham menos presença.

Após a queda da URSS e o *boom* econômico, a China vem buscando exercer influência e se beneficiar da cooperação com os países africanos. Devido à industrialização e a posição de país emergente no século XXI, o país tem regido uma influência cooperativa na África através de investimentos diretos, ajuda externa, empréstimos, comércio, entre outras formas de cooperação e vem alterando o cenário econômico e de decisões políticas regionais além de conseguir manter a alta produtividade da sua economia.

Nesse contexto, a *Belt and Road Initiative* lançada em 2013 ganha destaque traçando o plano da China para suas rotas comerciais, envolvendo quase todo o mundo, desde seus vizinhos na Ásia, até a Europa e a África onde a China tenta manter e aumentar sua influência a fim de atingir seus objetivos econômicos e políticos. Assim, faz-se relevante entender não somente de que forma a China faz seus investimentos no continente Africano e quais os seus objetivos, mas também verificar quais as vantagens reais, os bônus e ônus dos países africanos perante a atuação chinesa no continente.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro pretende trazer uma análise histórica do Estado chinês, sua formação e os primeiros relacionamentos com outros países a fim de entender como a cultura chinesa influencia nas tratativas diplomáticas e como isso é relevante até hoje. O segundo pretende observar as preliminares da ajuda externa chinesa na África, ou seja, durante o século XX e detalhar como a ajuda e a cooperação se deu neste século, já enfatizando sua grande relevância e colocando a China como um dos principais atores que envolvem o assunto da cooperação. O terceiro faz uma análise mais completa da cooperação

chinesa no auge do desenvolvimento da China até o momento. Este capítulo almeja explicar por que a China aumentou suas políticas de cooperação no início do século XXI e como se deu esse processo, além de destacar o papel do *Forum on China–Africa Cooperation* (FOCAC) como impulsionador das relações sino-africanas, bem como a *Belt and Road Initiative* e o papel da África neste projeto. O quarto capítulo busca trazer uma análise crítica da presença chinesa na África destacando quais os ônus da cooperação para os países africanos e discorre sobre o conceito de imperialismo e se a China atua com base nesse preceito em suas relações com o continente africano.

2. O MODO DE PENSAR CHINÊS E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA

Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa no século XX ou o papel mundial da China no século XXI deve começar — mesmo ao preço de uma possível simplificação excessiva — por uma apreciação básica do contexto tradicional. — Henry Kissinger

Pensar a China, significa vislumbrar uma verdadeira nação. Ao contrário de alguns países ao redor do mundo que tiveram seus processos de formação a partir do colonialismo com uma mistura de povos com interesses divergentes e muitas vezes sem a identificação com o Estado o qual foi proclamado por terceiros, a China tem um senso de unidade que se construiu e reconstruiu ao longo de séculos de forma resiliente, se autoafirmando como o centro do mundo asiático por eras e, persuadindo seus vizinhos em direção a seus interesses. Assim se formou a cultura chinesa, desde seu estabelecimento como Estado no século III a.C até o século XX d.C, muito influenciada pelo confucionismo abraçando suas ideias de harmonia, hierarquização e relações unidirecionais de poder. Nesse contexto, a China conseguiu estabelecer-se, firmando sua cultura e consolidando a figura do Imperador por todo seu território, por sua vez, geograficamente diverso onde há desde florestas densas a desertos e cadeias de montanhas nevadas, encorajando o sentimento de que a China é um mundo em si mesmo.

Cada período de desunião era visto como uma aberração. Cada nova dinastia recorria aos princípios de governo da dinastia precedente a fim de restabelecer a continuidade. Os preceitos fundamentais da cultura chinesa perduravam, testados pelo esforço da calamidade periódica (Kissinger, 2011, p. 14).

Em quase toda sua história, a China nunca teve de se preocupar com algum país que estivesse a seu nível de grandeza. A China se manteve confiante de que era o “Império central”, e de fato, não havia qualquer sociedade a seu redor que pudesse ameaçar o *status quo* produzido pela China. As relações com seus vizinhos, em especial a Índia, não passavam de trocas meramente religiosas e comerciais no contexto da rota da seda. Além disso, a China nunca teve interesse em conquistar territórios ultramar. Ainda que sua tecnologia marítima fosse bem desenvolvida, nunca

existiu um motivador eficaz para a conquista de novos territórios e a imposição da cultura chinesa fora da China. Ao contrário, a China sofreu com invasões japonesas tendo que expulsá-los diversas vezes nas guerras sino-japonesas. As poucas expedições navais realizadas pela China, como a do almirante Zheng He no século XV, tinham como finalidade mostrar a grandeza e poderio do império. Todavia, a China jamais proclamou colônias ou conquistou territórios e não seguiu com futuras expedições, fazendo com que capacidade naval afrouxasse, retornando ao tradicional isolamento da época. (Kissinger, 2011).

A China contemporânea parece, em alguns aspectos, dar continuidade no modo de fazer política externa, como já o fazia em um passado mais distante. Agora, porém a conduz com uma soma da filosofia confucionista, do Maoísmo que surgiria com a revolução comunista de 1949 e das políticas de abertura de Deng Xiaoping. De um lado, o confucionismo manteve nos líderes o tradicionalismo chinês tal como foi culturalmente aplicado desde o século II a.C. Após a morte de Confúcio e o início da dinastia Han os líderes prezavam por valores como a harmonia ou um consenso social que dava origem às unificações após os conflitos, à ordem e hierarquia, ao autocontrole, ao amor pelo aprendizado, e uma espécie de conservadorismo que prezava pelo passado. O Maoísmo passou a fazer parte da alma chinesa, especialmente em seus primeiros momentos logo após a revolução em que foi adotado em sua versão mais ideológica e fiel aos escritos de Marx seja na política interna ou externa influenciando países do terceiro mundo ideologicamente e que mantém a estrutura de poder unipartidária até os dias atuais. As políticas de abertura de Deng Xiaoping (1978) que fizeram com que o crescimento do Produto Interno Bruto chinês alavancasse alcançando a casa dos 15% nos anos 1980 e mantendo altas taxas pelo menos até o início da segunda década do século XXI (FMI, 2023). Xiaoping implementou reformas que alterariam a ordem vigente na China, sem extinguir o regime socialista, transformando a China no regime híbrido que intriga analistas até hoje.

3. PRECEDENTES: O DESENVOLVIMENTO DA CHINA E SUA PRESENÇA NA ÁFRICA NO SÉCULO XX

As ativas políticas de cooperação chinesa em diversos países do Terceiro Mundo, em destaque os africanos, remonta ao início da República Popular da China,

isto é, a China pós-revolução, que se encontrava na necessidade do reconhecimento de seu novo governo perante a comunidade internacional, já que disputava a legitimidade da soberania com a República da China, ou Taiwan (Vieira, 2019).

Pequim manteve o respaldo o Partido Comunista da União Soviética ganhando espaço que, devido a discordâncias ideológicas entre Stálin e Mao e disputas por influência, não durou muito pois ao final dos anos 1950, a parceria entre os dois países terminaria. Nesse ínterim, a China soube aproveitar um dos eventos mais importantes do período da Guerra Fria que daria destaque aos países do Terceiro Mundo e os Não Alinhados (aqueles que não tinham parcerias formais com nenhuma potência): a Conferência de Bandung. (Vieira, 2019). Nesta ocasião, a China desempenhou o papel de liderança na postulação dos princípios de Bandung incluindo o respeito à soberania, não-intervenção nos assuntos particulares das nações, solução de conflitos internacionais com a utilização de ferramentas pacíficas, fomento à cooperação entre países do Terceiro Mundo, entre outros. Isso fez com que a China voltasse sua política externa ao Terceiro Mundo levantando a bandeira do anti-imperialismo e anticolonialismo, confrontando as potências e a lógica bipolar.

A China esteve presente no apoio aos processos de independência dos países africanos além de reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com esses países. Ainda em 1960, um ano após a independência da Guiné, a China estabeleceu um acordo econômico com o país promovendo um empréstimo de 20 milhões de dólares, tornando-o o primeiro país africano independente a estabelecer relações diplomáticas com a China (Renard, 2011). Mao entendia que o Terceiro Mundo estava sob as amarras da ordem de dependência e alinhamento imperialista. Em suas palavras:

Os vastos países economicamente atrasados da Ásia, África e América Latina constituem os primeiros. Os países imperialistas e capitalistas avançados representados pela Europa constituem o segundo. Ambos se opõem ao controle americano. Os países da Europa Oriental, por outro lado, são contra o controle da União Soviética (Mao 1998, apud Vieira, 2019. p. 532).

Assim, a China desvirtuou-se da submissão da ordem bipolar e iniciou sua busca pela autonomia a partir da influência, acordos e parcerias com o Terceiro Mundo.

Entre os anos 1950 e 1970 a China prestou cooperação a uma gama de países africanos com destaque para a Tanzânia, Zâmbia, África do Sul, e Etiópia. É importante ressaltar também a presença da China no norte da África com o reconhecimento da independência do Mali, país com o qual estabeleceu relações econômicas imediatamente. Também se aproximou do Marrocos e da Argélia sendo que com este último foi estabelecido um acordo de cooperação e 50 mil dólares foram emprestados ao país, porém a China não conseguiu atingir seu objetivo político de ganhar uma predominância de influência já que a Argélia continuou suas relações com a União Soviética (Renard, 2011).

3.1 Primórdios da abertura econômica chinesa

Ainda antes do fim da Guerra Fria, a China passou a priorizar em sua política externa não mais as questões da própria Guerra Fria ou no ferrenho cumprimento da ideologia marxista, mas sim na ideia de paz e desenvolvimento. Essa mudança foi discutida no 12º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC) em 1984 sendo resultado de uma nova percepção da economia e política externa por parte do PCC que iniciou a implementação gradual da abertura econômica do país e o programa das quatro modernizações que incluíam avanços na agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia (Vieira, 2019). Assim, a China passou a entender o investimento a ajuda externa como meios para beneficiar seu avanço econômico. Nesse contexto, foi criado o Ministério das Relações Econômicas Estrangeiras e Comércio Internacional juntamente com o departamento de ajuda externa. Essas novas ideias que refletiram no pragmatismo e a abertura na política chinesa foram inicialmente trazidas pelo então primeiro-ministro Zhou Enlai em 1975 junto de sua equipe econômica e depois desenvolvidas pelo Presidente Deng Xiaoping (Morgan e Zheng, 2019. p. 16).

Mesmo com Mao Zedong ainda no poder, tanto Enlai quanto Xiaoping já tinham intenções de realizar reformas econômicas de abertura na China, o que causou desavenças com Mao dentro do Partido Comunista e suas ideias não foram acatadas pela liderança. Após a morte de Mao em 1977, Xiaoping assume como presidente em 1978 após o crescimento do apoio a sua agenda reformista que foi aceita na Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central. Como comenta Tisdell (2009, p. 275):

Foi decidido nesta reunião que o sistema e métodos de gestão econômica na China seria transformada; a cooperação econômica com outros países seria expandida; esforços especiais seriam feitos para adotar tecnologias e equipamentos avançados do mundo; e que o trabalho científico e educacional seria grandemente fortalecido para atender às necessidades de modernização”, características essas que envolviam as quatro frentes de modernizações

3.1 O conceito de cooperação internacional e as características chinesas

A cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser entendida como o conjunto de atuações internacionais provindas de atores públicos e privados que para promover o progresso socioeconômico dos países em desenvolvimento. Algumas palavras-chaves caracterizam esse conceito segundo Ayllón (2006), como solidariedade, equidade, eficácia, interesse mútuo, sustentabilidade e corresponsabilidade. Além disso, a cooperação pode assumir diversas formas, de modo que existem atores e características específicas que moldam cada cooperação. Elas podem se dar forma bilateral ou multilateral, tendo como atores os governos, instituições privadas e do terceiro setor, bem como instituições filantrópicas. Os financiamentos dos países ricos podem vir atrelado ou não a uma condicionalidade que dê retorno financeiro, a chamada “ajuda amarrada” e a ajuda pode vir de forma financeira, técnica ou humanitária. (Ayllón, 2006).

A cooperação chinesa é fundamentalmente caracterizada pelos empréstimos concessionais (juros baixos ou fixos), ou a juros zero, obras de infraestrutura estabelecendo as empresas chinesas nos países e, junto à cooperação econômica, a China busca promover boas relações diplomáticas respeitando a soberania, sem exigências de mudanças estruturais. O programa de empréstimos do Banco de Exportação e Importação Chinês (Eximbank) toma a frente da maioria dos empréstimos concedidos sob a designação do governo chinês. (Brautigam, 2011).

Segundo Brautigam (2009), a ajuda externa é fundamentalmente uma ferramenta política e, no caso da China isso não é uma exceção e, até mesmo pela falta de clareza do que pode ou não ser caracterizado como ajuda externa, não é uma tarefa fácil definir em que se enquadra as ações chinesas na África. Fato é que esse

fenômeno tem como fim não somente o desenvolvimento dos países africanos, mas também atender às necessidades chinesas.

3.2 Primeiras políticas de cooperação após a abertura

Estabelecida a nova política econômica chinesa, o então Presidente da China em 1982, Zhao Ziyang realizou uma viagem à África e estabeleceu os Quatro princípios para a cooperação econômica e tecnológica sino-africana que envolviam igualdade e benefício mútuo, ênfase em resultados práticos, diversidade e progresso comum que definiram a condução da política chinesa na África. Nesse contexto, a China promoveu preferencialmente aos países africanos empréstimos com descontos esperando uma gestão eficaz para projetos com *joint ventures* a fim de implementar novas tecnologias no continente. (Vieira, 2019).

A China produziu um sistema de cooperação próprio que ia além do simples comércio sendo caracterizado da seguinte forma pelo *China's White Paper on International Aid*:

ajuda externa é ajuda mútua entre países em desenvolvimento. Concentra-se em efeitos práticos, acomoda os interesses dos países beneficiários e se esforça para promover relações bilaterais amistosas e benefícios mútuos por meio da cooperação econômica e técnica com outros países em desenvolvimento (Vieira, 2019, p. 539).

Como é de costume, os chineses estabelecem seus investimentos, plantam empresas e projetos nos seus próprios moldes enviando seus profissionais mais capacitados para campo, junto com suas tecnologias. Analisando o mercado e todos os setores envolvidos, implementam o modo de produção chinês no local onde desejam. Durante os anos 1980 e os primeiros investimentos na África ocorreram dessa forma. Contudo, como admitiu o então representante do Ministro de Relações Econômicas e Comércio Exterior, Li Ke, a Cooperação Sul-Sul é uma via de mão dupla, não admitindo que a relação, “entre países pobres” seja conduzida por apenas uma das partes. Nesse sentido, a China passou a adotar o termo cooperação no lugar de ajuda a fim de realçar os benefícios e a proatividade mútuos projetados. (Vieira, 2019). Dessa forma, a China, desde o início, deixou clara sua intenção de receber em troca benefícios concretos da ajuda e cooperação.

Entre os anos 1980 e metade dos anos 1990, a China expandiu sua presença na África, oferecendo políticas de cooperação em 50 países do continente. Durante esse período os investimentos e projetos na África passaram por oscilações em especial por conta das conturbações políticas internas da China envolvendo as manifestações políticas e o massacre da Praça da Paz Celestial. Contudo, as críticas dos líderes africanos foram moderadas e os projetos de cooperação no continente, principalmente os empréstimos a juros zero continuaram (Morgan e Zheng, 2019).

Dois casos relevantes da presença chinesa na África valem ser destacados. O primeiro é o da Etiópia. A China tem investido na Etiópia desde os anos 1970. Sua atuação no país se deu em grande parte por projetos de infraestrutura que inicialmente envolviam investimentos em plantas de energia em oito cidades diferentes, tais como Adigrat, Bonga, Bati, Debark, além de outras cidades pequenas. Juntamente a isso, houve investimentos em construção de rodovias, abastecimento de água e construção de fábricas, todos seguindo o padrão de empréstimos a juros zero. Além disso, a ajuda médica proporcionada pela China foi bastante relevante envolvendo grandes equipes médicas incluindo voluntários. Com o crescimento econômico constante da China, os investimentos na Etiópia cresceram tornando a China o principal parceiro para o desenvolvimento do país africano (Morgan e Zheng, 2019, p. 24).

O segundo caso notável é o da Zâmbia. O país foi o primeiro independente da África Austral a estabelecer relações formais com a China que depois serviu de influência para seus vizinhos nas relações de cooperação com a China. As relações com a Zâmbia foram benéficas para a China principalmente devido à sua localização estratégica e pela posição de não-alinhamento com as grandes potências por parte do presidente Kenneth Kuanda no contexto da Guerra Fria. Isso abriu espaço para que a China desenvolvesse suas políticas de cooperação no país sem dividir influências e criou um cenário de harmonia ideológica perante o *status quo* mundial (Xavier, 2011).

Um dos maiores projetos de infraestrutura chineses na África ocorreu justamente na Zâmbia. O projeto de construção da rodovia TamZam de 1864 km que ligava a Tanzânia e a Zâmbia em 1964, se tornou o terceiro projeto mais custoso feito no continente africano até aquele momento com um investimento de cerca de US\$ 500.000 (Vieira, 2019). No mesmo ano, foi também projetada a construção de uma ferrovia que também interligaria a Zâmbia e Tanzânia porém o financiamento não foi possível naquele momento sendo iniciada as obras apenas em 1976, diferente da

TanZam que teve início nove anos antes. Tais projetos favoreceram uma imagem positiva da China na África em especial a ferrovia entre a Zâmbia e Tanzânia que permitiu o escoamento de produtos no Oceano Índico e segue sendo para a Zâmbia uma das principais rotas para o mar. (Xavier, 2011).

Todos esses investimentos estavam relacionados aos interesses econômicos chineses obtendo vantagens financeiras com a cooperação e o comércio com a China, o que é relacionado a seu processo de desenvolvimento. Entretanto, questões políticas desempenharam um papel fundamental na medida em que a China passou a ter como aliados os países africanos em temas internacionais como o assento permanente da China no Conselho de Segurança da ONU em 1971. Nesse contexto, muitos países da África que tinham relações de cooperação com a China deixaram suas relações diplomáticas com Taipei (Renard, 2011).

3.3 O desenvolvimento econômico chinês nos anos 1990

Os anos 1990 do governo de Jiang Zemin (1993 a 2003) foi um período de continuidades das reformas econômicas na China e adaptações às circunstâncias econômicas vigentes no mundo com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento da chamada nova ordem mundial. Nesse momento, já era inevitável a introdução da China num mundo altamente integrado (Tien e Chu, 2000). Para dar seguimento às políticas de desenvolvimento rápido, Jiang Zemin afirmava que era necessário o investimento nos avanços científicos, na educação e na qualidade de trabalho da população para gerar um crescimento sustentável, se espelhando em outras grandes economias do mundo desenvolvido. (Tisdell, 2009).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a China passava por um período de crise com alta inflação e desemprego o que desencadeou em 1989 nos protestos da Praça da Paz Celestial. Assim, Zemin tinha então a missão de reestabelecer tanto a economia quanto a confiabilidade da China perante os investidores estrangeiros. Além disso, internamente deveria apaziguar as críticas da ala conservadora do PCC que refrearam os projetos de abertura econômica. (Tisdell, 2009).

Grandes mudanças surgiram para a China no governo de Zemin. Um de seus principais planos de reformas econômicas, foi a teoria *Sange Daibiao* que consistia em que o Partido Comunista da China deveria representar três características da China: a maior potência econômica do mundo, os elementos culturais mais avançados

e o interesse básico de todos os grupos. Zemin afirmava que o desenvolvimento da sociedade é um pré-requisito para a melhoria dos aspectos econômicos, e sociais. Assim, o líder chinês moveu esforços para combinar esses pilares em suas políticas de avanço econômico e abertura do mercado chinês. Em meio a isso, a grande conquista de Zemin foi trazer a inovação e os ideais econômicos de abertura, dando às empresas um papel fundamental dali em diante e equilibrar com as políticas domésticas do PCC sem deixar também de modernizá-lo. Foi necessário também conscientizar seus membros de que os novos tempos da globalização exigiam mudanças na forma de fazer política e conduzir a economia e que as antigas ideologias marxistas não estavam alinhadas com a realidade vigente no mundo (Tisdell, 2009).

4. O boom econômico chinês dos anos 2000 e a necessidade da cooperação, de investimentos e comércio no século XXI.

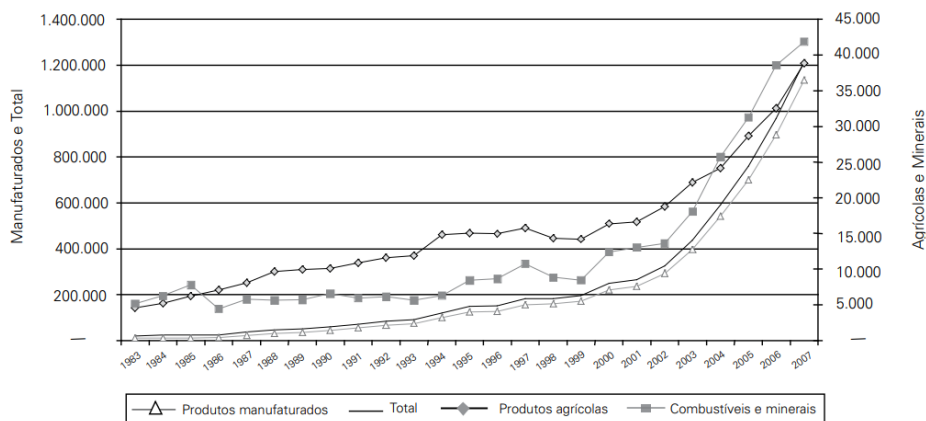
O início do século XXI trouxe para a China avanços em sua atividade econômica no país. Somando as políticas de desenvolvimento citadas no capítulo anterior, o despertar da globalização e o fim da era bipolar, a China alcançou um notável desempenho econômico engatando para se tornar uma das maiores economias do mundo. Logo em 2000, o país ocupava a sexta posição no mundo em valor de PIB em dólares correntes e dez anos depois atingiu a segunda posição com um PIB de US\$ 6,03 trilhões, superando países como Japão, Alemanha, França e Itália. A partir de uma visão panorâmica, o PIB chinês cresceu de US\$ 300 bilhões nos anos 1980 a US\$ 14,8 trilões em 2020 (FMI, 2023).

Nesse crescimento, decorrente da implementação das políticas de abertura, as exportações e importações passaram a compor grande parte do PIB chinês. (Nonnenberg, 2010). Em 2006, o fluxo de Investimento Externo Direto da China no mercado estrangeiro atingiu US\$21.16 bilhões contando com mais de 5 mil entidades financeiras chinesas com investimentos extraterritoriais em cerca de 172 países (Ribeiro, 2010).

Os principais produtos que contribuíram para o avanço da economia chinesa foram os manufaturados da ordem de telecomunicações como televisores e DVDs e materiais de escritório que, somados, em 2007 representavam 27% das exportações. Nesse sentido, a China veio cada vez mais aumentando sua capacitação tecnológica

a fim desenvolver sua indústria, aumentando a quantidade de produtos manufaturados em suas exportações (Nonnenberg, 2010). O gráfico abaixo mostra as exportações da China a partir dos anos 1980 de manufaturados, produtos agrícolas e de combustíveis.

Gráfico 1: Exportação de manufaturados, produtos agrícolas e combustíveis



Fonte: WTO.

Fonte: Nonnenberg, 2010

É possível verificar que as exportações de produtos manufaturados cresceram muito próximo às outras categorias, de forma que o setor primário suportou parte da indústria nacional. Entretanto, seria impossível que os suprimentos primários abarcassem toda a produção chinesa, fazendo-se necessárias as importações. É justamente no âmbito das importações que a África passa a ser uma grande aliada da China em sua busca pelo desenvolvimento industrial. O rápido crescimento econômico, urbanização, crescimento das exportações e o consumo da população aumentou a demanda do país por recursos naturais em especial petróleo e gás. Nos anos 1980, a China se caracterizava como um país exportador de petróleo, mas nos anos 2000 esse cenário se inverte e passa a ser o segundo maior importador representando 31% de todo o crescimento global do petróleo (Zweig e Jianhai, 2005). A China precisava suprir o avanço tecnológico que desenvolvia diversificando suas fontes e garantindo sua segurança energética. Pequim viu na África uma possibilidade de garantir e controlar esses recursos mobilizando-se, diplomática e economicamente para alcançar este fim (Looy e Haan, 2006).

Não somente o petróleo, mas minérios como alumínio, ferro e níquel se fizeram presentes nas buscas da China no mercado externo. A solidificação das conexões entre o governo com as políticas de desenvolvimento e as empresas estatais chinesas fizeram com que os investimentos no continente africano e a busca por recursos naturais no mercado internacional caminhassem juntos. Essas conexões do governo chinês com as empresas estatais fazem parte da estratégia do país de lançar suas empresas no mercado global, providenciando empréstimos atrativos e fazendo com que o investimento externo direto da China em outros países provenha de empresas controladas pelo Estado. Um ponto importante a se destacar é que essas empresas, apesar de estatais, atuam na prática como entidades privadas, visando a maximização do lucro e tendo sua própria manutenção de funcionários. (Schiere, 2011).

Até o final dos anos 1990, a atenção chinesa estava voltada majoritariamente aos países desenvolvidos. Ainda que essa atenção fosse necessária, o governo chinês percebeu nos anos 2000 que sua dependência de recursos naturais, em especial do petróleo, exigiria um olhar mais abrangente também em direção aos países em desenvolvimento principalmente no Oriente Médio e na África. Em 2005, cerca de 28,7% da oferta de petróleo em território chinês já provinha da África sendo os principais países exportadores Angola, Sudão e Congo. Contudo, o interesse chinês no petróleo africano abrangeu outros Estados. O então primeiro-ministro Wen Jiabao em 2003 junto a executivos chineses visitou vários países exportadores de petróleo como Argélia, Egito e Gabão, além de estreitar relações com os países do Golfo da Guiné. (Zweig e Jianhai, 2005).

Com esse aumento do consumismo chinês e a demanda por matéria prima, as relações comerciais da China com a África alavancaram e em 2008, 10% de todas as exportações africanas se direcionavam à China. Apesar disso, o cenário das exportações e importações é bastante concentrado em alguns países da África sendo que mais de 70% das exportações para a China em 2011 vieram de Angola, África do Sul, Sudão e República Democrática do Congo. (Schiere, 2011).

4.1 O papel da FOCAC nas relações China-África

As relações de cooperação entre China e África abrangem não somente o comércio e os investimentos, mas também temas relacionados ao desenvolvimento que ganharam destaque como insegurança alimentar e energética e as políticas de

infraestrutura e industrialização que são supridas através da cooperação e ajuda. O engajamento para o desenvolvimento dessas áreas tem sido pauta do Fórum para Cooperação China-África (FOCAC, na sigla em inglês). Criada em 2000 na gestão Jiang Zemin, a FOCAC é um fórum multilateral que visa promover a cooperação econômica e o desenvolvimento dos países africanos e da China. O fórum se tornou o principal mecanismo de cooperação sino-africano resgatando os princípios de Bandung, compreendidos também como fatores de desenvolvimento, moldando a tratativa chinesa para com o Sul Global e buscando estabelecer uma identidade comum. A cada três anos, a Conferência Ministerial é realizada e as consultas entre o corpo diplomático africano na China e o Secretariado do Comitê de Acompanhamento Chinês são realizadas pelo menos duas vezes por ano, portanto existem reuniões para definições e acompanhamento das políticas adotadas. Vale destacar que as reuniões ministeriais ocorrem alternadamente, uma vez na China e outra em algum país africano e a China e o anfitrião tomam a liderança nas implementações dos resultados da reunião (FOCAC, 2023).

O problema da segurança alimentar na África é uma questão antiga, porém, a partir de 2003, a situação piorou com a disparada dos preços de alimentos básicos, tanto em áreas rurais como urbanas. Em 2008, o preço do arroz, por exemplo atingiu US\$ 1000 por tonelada, uma alta de US\$ 627 em apenas 4 meses. Já o trigo atingiu US\$ 439 por tonelada, mais que o dobro do preço em 2007 e o milho subiu a US\$ 288, 42% a mais comparado ao ano anterior. Nos três planos de ações da FOCAC definidos entre 2010 e 2018, a China propôs colaborar nesse setor a fim de desenvolver a agropecuária africana. (GU e Schiere, 2011). No plano de ação da FOCAC de 2010-2012, a China propôs enviar 50 equipes de profissionais em tecnologia agrícola para ajudar a formar 2000 técnicos africanos, aumentar para 20 o número de centros tecnológicos para agricultura, além de continuar as operações nos centros já existentes e, através da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), contribuir com 30 milhões de dólares para criação de um fundo fiduciário para o programa especial sobre segurança alimentar (FOCAC, 2009). No plano de ação 2013-2015 propôs continuar a enviar as equipes de profissionais somado a professores para continuar desenvolvendo profissionais locais, “incentivar as instituições financeiras chinesas a apoiarem a cooperação entre empresas chinesas e africanas na plantação agrícola, processamento de produtos agrícolas, criação de animais, pesca e aquicultura” e “facilitar o acesso dos produtos agrícolas

africanos ao mercado chinês.” (FOCAC, 2012). O plano de ação 2016-2018 mantém e desenvolve muitos dos projetos presentes nos anteriores somando projetos de conservação de água e irrigação contribuindo para o desenvolvimento de vilarejos onde a questão alimentar é emergencial e realizar incentivos para empresas chinesas e africanas no comércio e investimento agropecuário (FOCAC, 2015).

Outro setor de importante atuação da FOCAC é o da infraestrutura, que também é destaque historicamente nas políticas de cooperação da China. A falta de infraestrutura nos países africanos coloca obstáculos para o desenvolvimento e integração do continente (FOCAC, 2009). De acordo com o *The African Infrastructure Country Diagnostic*, US\$ 93 bilhões seriam necessários todos os anos para novos projetos e manutenção dos já existentes (GU e SCHIERE, 2011). Considerando os planos de ações executados entre 2010 e 2021, foi tratado sobre a continuação dos investimentos chineses na África através de empréstimos e assistência gratuita além do incentivo às empresas e instituições financeiras chinesas para atuarem na África (FOCAC) Um ponto importante que passou a ser reivindicação do continente africano e que foi desenvolvido nos planos de ação é a contribuição na integração regional africana já que a África possui diversos países sem saída para o mar e, projetos integradores seriam úteis para suprir essa demanda (Gu e Schiere, 2011). Nesse sentido, China e África investiram em parcerias público privadas para realizar investimentos em rodovias, portos e aviação. Para este último, a China, no âmbito do Programa de Cooperação Regional da Aviação China-África, se comprometeu em fornecer aeronaves, treinamentos de profissionais para cumprimento das normas da ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional) e apoiar as empresas chinesas na criação de joint ventures. com companhias aéreas africanas participando na construção de aeroportos e outras infraestruturas auxiliares para promover a aviação regional na África. Além disso, buscou criar rotas entre o continente e a China. Outro setor de destaque foi o da tecnologia da informação, armazenamento em nuvem e tecnologia para segurança, incluindo redes de base de cabos de fibra óptica, conectividade transfronteiriça e cabos submarinos internacionais (FOCAC, 2009; 2012; 2015; 2018).

Um momento de tensão foi ocasionado na conferência de 2015 em Joanesburgo marcado por rumores de desaceleração da economia chinesa. Conforme comentam Montenegro e Alves:

“Alguns economistas apontam para uma transição do crescimento chinês para um ritmo mais lento e sustentável, além da flexibilização na determinação da taxa de câmbio do yuan, na tentativa de torná-lo mais confiável como moeda de reserva internacional” (Montenegro e Alves, 2016. p. 158).

Nesse momento, dado ao status da econômica chinesa e a crise nos preços das commodities, houve um resfriamento nas relações econômicas da China com os países africanos. Tal situação ocorreu logo antes da VI conferência da FOCAC em que o presidente Xi Jinping levantou propostas para reerguer a cooperação e sinalizar que as relações sino-africanas ainda estavam sólidas. Especificamente no plano de ação 2016-2018, a China propôs um apoio financeiro de US\$60 bilhões em empréstimos a pequenas empresas africanas e linhas de crédito para exportações, subsídios e ao *China-Africa Development Fund* (Montenegro e Alves, 2016).

4.2 A participação da África na *Belt and Road Initiative*

A *Belt and Road Initiative (BRI)* trata-se do plano chinês de traçar rotas comerciais terrestres e marítimas ao longo da Ásia, África e Europa, projeto bastante similar à Rota da Seda de milênios atrás, tanto que é também chamado de “Nova rota da seda”. O objetivo é reviver as rotas antigas e reforçar as existentes. Uma BRI bem-sucedido seria capaz de promover benefícios econômicos e estratégicos à China, utilizando com mais eficiência seus excedentes econômicos, expandir o comércio e diversificar a importação de energia e outros recursos consolidando as relações econômicas e diplomáticas com os países envolvidos (Dollar, 2019).

A BRI é composta por uma rede de estradas, trilhos e infraestrutura energética que vão desde a região central da China na província de Shaanxi perpassando a Ásia central até Moscou, na Rússia. A parte marítima envolve a construção de uma rede de portos no Sul do Mar da China, Oceano Pacífico Sul e Índico conectando a África Oriental e o Mar Mediterrâneo. Para isso, a China objetiva a promoção de políticas de coordenação, facilitação da conectividade, livre comércio, integração financeira e laços diplomáticos (ZiroMwatela e Changfeng, 2016)

O mapa a seguir mostra como se dão as rotas terrestres e marítimas:

Figura 1: Rotas da *Belt and Road Initiative*



Fonte: ZiroMwatela e Changfeng, 2016

Xi Jinping, presidente da China desde 2013, anunciou o projeto pela primeira vez no Cazaquistão no mesmo ano de sua posse na Universidade de Nazarbayev, onde propôs as rotas da Ásia central e, pela segunda vez, na Indonésia propondo as rotas marítimas no sudeste asiático. Esses discursos oficializaram o projeto.

O projeto pode também trazer benefícios aos países em desenvolvimento na medida em que estes, carecendo de infraestrutura e recursos necessários para superar este problema, receberiam grandes quantidades de empréstimos ajudando suas economias locais. Por outro lado, o projeto recebeu críticas de países desenvolvidos que afirmaram que a China estaria exportando seu autoritarismo e criando uma nova crise de débitos nos países em desenvolvimento (Dollar, 2019).

O principal método da China é realizar empréstimos e investimentos, assim como tem feito nos últimos anos como mostrado nos projetos envolvendo a FOCAC, a fim de promover a infraestrutura nos países em desenvolvimento. Em pronunciamento do fórum da BRI em 2017, Xi Jinping declarou:

A conectividade de infraestrutura é a base para o desenvolvimento através da cooperação. Devemos promover conectividade por terra, mar, ar e ciberespaço, concentrarmos nossos esforços nas principais passagens, cidades e projetos e conectar redes de rodovias, ferrovias e portos marítimos (Dollar, 2019. p. 2).

Dos inúmeros projetos de infraestrutura chineses presentes na África, alguns se destacam no âmbito da BRI. O principal deles, que é financiado pelo Eximbank, é

a Ferrovia da África Oriental que conta com 2.700km de extensão, interligando cinco países: Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, e África do Sul. Outras ferrovias importantes são a Kano-Lagos na Nigéria, de 1315km conectando duas das principais cidades do país e a Bilinga-Santa Clara, no Gabão, de 560km. Outro tipo de obra realizada pela China são os portos marítimos que vêm sendo construídos no Quênia, Tanzânia, Gabão, Djibouti, entre outros. Também, algumas ferrovias têm projetos de conexão umas com as outras como é o caso da ferrovia Angola-Tanzânia, de 1302km que ligará se à TanZam (ZiroMwatela e Changfeng, 2016). Conectar o interior aos portos trás vários benefícios à China na medida em que os produtos podem ser facilmente transportados e depois exportados (Breuer, 2017).

As principais áreas em que são destinados os empréstimos e ajuda chinesa são o setor de transportes e o energético. Outros projetos recentes incluem a ferrovia Ababa-Djibouti em que foi emprestado à Etiópia US\$1.3 bilhão. Para Uganda, foi emprestado US\$1.4 bilhão para a construção da hidrelétrica Karuma. Também para uma hidrelétrica, Camarões utilizou US\$500 milhões. Todos esses projetos tiveram uma taxa de juros que varia entre 2% e 3% com prazos de pagamento entre 15 e 20 anos (Dollar, 2019).

Impactos negativos também fazem parte da implementação dos projetos da BRI. Devido às obras, muitos moradores locais tiveram de se realocar e tiveram suas casas demolidas sem que tivessem compensações significativas por parte das companhias responsáveis como foi o caso da construção da ferrovia Lagos-Ibadan na Nigéria e do porto Kiribi no Camarões. A construção do porto de Bagamoyo, na Tanzânia desapropriou casas e fazendas prejudicando cerca de 2000 pessoas. As obras foram suspensas após o governo tanzaniano decidir focar nas obras em Dar es Salaam. A suspensão das obras teria também beneficiado o ecossistema local em que existem manguezais já em situação crítica (Breuer, 2017).

No Quênia, a construção de uma estrada que perpassaria o Parque Nacional Nairobi, que abriga rinocerontes, girafas, leões e zebras, teve de ser interrompida após protestos e uma ordem judicial lançada por ambientalistas. As obras continuaram depois sob a precaução de instalação de pontes, cercas e passagens subterrâneas para os animais. Apesar das construções de vias para transporte serem essenciais, o meio ambiente local é também um importante impulsionador da economia principalmente no turismo (Breuer, 2017).

5. CRÍTICAS E PONDERAÇÕES À PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA

Analisar a presença da China na África de forma unilateral observando apenas as ações práticas chinesas, pode mascarar alguns aspectos negativos e previsões pessimistas que são apontadas pelos estudiosos e por outros atores do sistema internacional sobre o assunto. Assim, cabe apresentar a perspectiva crítica que envolve o tema.

Uma das críticas mais comuns que são feitas pelos países desenvolvidos é a falta de transparência em todo o processo de ajuda feita pela China. Isso implicaria na impossibilidade de realizar uma análise mais detalhada de quanto de empréstimo é fornecido, como são canalizados, quais os termos dos empréstimos, ou seja, o que foi de fato acordado, quais os critérios para a escolha das empreiteiras e quais os impactos sociais e ambientais previstos. Os números dos empréstimos raramente aparecem nos dados do FMI e Banco Mundial (Dollar, 2019).

Outra questão levantada é a grande quantidade de trabalhadores chineses na África. O continente africano precisa criar cerca de vinte milhões de empregos por ano dada a sua população jovem o que prejudica a alocação de mão de obra nativa nos projetos de infraestrutura. (Dollar, 2019).

Na Zâmbia, em 2005, ocorreu uma explosão em uma mina controlada pela Corporação de Metais Não Ferrosos da China (CNMC, sigla em inglês) matando 51 funcionários. Os chineses foram acusados de não providenciarem uma segurança eficaz, porém foi verificado que a maioria das mortes não foram causadas dentro da mina chinesa, mas muitos na mina Mopani controlada pela Suíça, Canadá e Zâmbia. Ainda assim, houve protestos contra os chineses por parte dos trabalhadores que foram fisicamente hostilizados pelos guardas que se utilizaram de armas de fogo para isso. O caso foi pauta dos debates nas eleições da Zâmbia em 2006. (Brautigam, 2009).

5.1 Uma forma de imperialismo?

O conceito tradicional de “imperialismo” foi largamente trabalhado pelos teóricos marxistas que argumentavam sobre a necessidade da expansão territorial do sistema para o processo de acumulação do capital. Vladimir Lênin, um dos principais autores que participaram do desenvolvimento teórico desse tema, procurou entender

a política externa dos países tendo como pressuposto a ideia do imperialismo como estágio superior ao capitalismo com suas novas dinâmicas econômicas. Para ele, o capitalismo se desenvolveu em estruturas concentradas na forma de trustes e cartéis nos países centrais, em especial nos EUA e com a ajuda dos grandes bancos para garantir espaços de acumulação e fontes de matérias primas. No caso da China este último se destaca no processo de expansão.

Mais do que a busca por espaços de acumulação, os objetivos de curto prazo da expansão chinesa hoje são dirigidos ao suprimento dessa carência interna por matérias primas e energia, dada principalmente a amplitude de seu mercado consumidor interno, com alto potencial de consumo. (Ribeiro, 2010, p. 19).

Por outro lado, a expansão do capital também é bastante importante. Um dos motivos que resultam na necessidade de expansão estrangeira chinesa é a grande quantidade de reservas acumuladas pelo governo que necessitam ser escoadas para fins de manutenção da moeda chinesa a um nível competitivo. Em outras palavras, para que o yuan se mantenha desvalorizado favorecendo as exportações, é necessária também a exportação de capital (Ribeiro, 2017).

A grande diferença entre o imperialismo tradicionalmente criticado pelos marxistas e a expansão e acumulação de capital chinesa, é que, no primeiro, o fenômeno da acumulação é desempenhado pela burguesia, já no caso chinês, o ator central é o Estado e, portanto, será este quem moldará as ações no plano internacional. Apesar da existência de uma elite empresarial, essa classe não consegue estabelecer uma unidade com poder suficiente para impor seus interesses de forma plena (Ribeiro, 2017).

Enquanto o padrão de investimento externo das potências ocidentais na África se apresenta com objetivos de curto prazo a fim de atender às expectativas do lucro, o modelo chinês trabalha com objetivos de longo prazo através de empresas estatais resguardadas por uma estrutura de crédito e financiamento que possibilitam uma maior abrangência de atuação tanto territorial como temporal. O modelo de aproximação chinês é centralizado e envolve essencialmente, em seu planejamento e financiamento, as instituições estatais. Essas características se diferenciam do modelo ocidental de investimentos que visam o lucro a curto prazo não estabelecendo relações de longo prazo de forma a explorar constantemente os recursos, ainda que

segundo alguns autores, [...] a China estaria se expandindo para estabelecer relações assimétricas com países mais pobres e ter acesso aos produtos primários, em uma clássica ação do tipo imperialista. (Ribeiro, 2017, p. 132).

Por outro lado, pode-se pensar a atuação chinesa no mundo globalizado como um contraponto ao chamado imperialismo neoliberal. No início dos anos 2000, a China desempenhou um papel importante como mercado consumidor de matérias-primas provindas dos países em desenvolvimento que, por sua vez, mantiveram suas políticas liberais alinhadas às organizações financeiras multilaterais que também trouxeram consequências relacionadas à criação de dívidas nos países periféricos. O contexto neoliberal é orientado pela especulação, sendo regido pelo ideal financeiro enquanto a expansão chinesa estaria ligada a um processo de desenvolvimento regido pelo Estado, distanciando-se do imperialismo tradicional que envolve as grandes corporações privadas, a lógica de privatizações, a expansão da acumulação financeira e a redução do papel do Estado (Ribeiro, 2017).

A visão panorâmica que se pode ter sobre a China como Estado imperialista é controversa. Ainda que não se alinhe perfeitamente ao arcabouço teórico sobre o tema, podemos ver as consequências da presença chinesa nos países periféricos. Relacionado à acusação de que a China teria relações assimétricas com os países africanos, de fato, sua presença na África não contribuiu para uma industrialização desses países e os mantém numa posição inferior gerando concorrência aos países que tentam superar a economia primária. Por mais que não haja condicionalidades impostas nas políticas de cooperação, a China tende a levar vantagem, atendendo seus próprios objetivos. (Ribeiro, 2017).

No caso das economias africanas, por mais que elas tenham se favorecido da melhora do quadro macroeconômico, das exportações e empréstimos e fluxos chineses, após mais de uma década a participação da indústria no valor agregado total no continente africano como um todo permaneceu a mesma, em 2000 era de 33% e em 2014 essa parcela correspondeu a 32%. (Ribeiro, 2017).

As evidências de que os empréstimos chineses estão criando uma crise de débitos ainda são fracas. Apesar da falta de transparência nos dados disponíveis, o

pouco que se tem indica que os empréstimos praticamente encaixam no que os países podem pagar. Além disso, os países mais pobres recebem empréstimos sem juros, o que diminui o risco de prolongamento da dívida (Brautigam, 2009).

De acordo com o ex-presidente do Eximbank, Li Ruoguo, que esteve no cargo entre 2008 e 2015, o modelo de ajuda chinês se distingue do modelo ocidental no que tange à forma como ele é feito a longo prazo. Os empréstimos são feitos, o país começa a se desenvolver e então apenas depois é feito o pagamento da dívida. O ocidente, em contrapartida, promove ajuda e não concede o tempo necessário para o desenvolvimento e a dívida tem de ser cobrada ano a ano. A ideia chinesa é criar uma "dívida sustentável". O Eximbank da China entende que, mesmo países em que as contas não pareçam boas no momento, o empréstimo destinado a setores produtivos, gera retorno e capacidade para pagamento dos débitos. (Brautigam, 2009). Porém, como se viu anteriormente, esse desenvolvimento ainda não atingiu o nível ideal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença chinesa na economia internacional se fez muito relevante a partir do século XXI. As raízes desse fenômeno estão ainda no século XX em que os alicerces da abertura econômica e busca por independência das grandes potências foram lançados e os laços com o Terceiro Mundo se estreitaram. Atualmente, esse processo se desenvolveu de tal modo que a relevância da atuação chinesa entre os países em desenvolvimento se tornou inegável. A África recebe uma atenção especial já que os problemas relacionados ao desenvolvimento no continente são acentuados, concentrando o maior número de países com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) considerado baixo no mundo (Our World in Data, 2023). Assim, a atuação da segunda maior economia do mundo em um continente que carece de desenvolvimento desperta questionamentos enquanto aos propósitos, eficácia das políticas de cooperação e questões que envolvem exploração.

Esta pesquisa buscou entender historicamente como se deu as relações entre China e África no decorrer do processo de desenvolvimento econômico chinês e como então o país se utilizou das políticas de cooperação, investimentos e da diplomacia para atingir seus objetivos econômicos e quais foram exatamente os projetos e programas de cooperação que se desenvolveram na África. Portanto, se pôde notar a forma distinta que a China operava no exterior. Suas políticas nesse campo têm foco

nos objetivos traçados e pode ser entendida como um investimento a longo prazo. Como visto nas políticas da BRI, e da FOCAC os projetos de infraestrutura que interligam os países do continente africano, sua região interior às zonas portuárias e diversos outros campos em que houve investimentos, mostra como essas obras não somente facilitam o cotidiano dos países, mas também facilitam as exportações para a China.

Vale ressaltar que todos esses investimentos foram atuação direta do governo e empresas chinesas, ainda que algumas vezes como no caso do parque nacional de Nairobi, os governos locais impuseram restrições às obras devido aos riscos ambientais. A conclusão não é que a China atua de forma deliberada na África impondo qualquer decisão tomada pelo governo, mesmo porque, uma das características da cooperação chinesa é não se envolver nos assuntos internos do país. Porém, pôde-se notar uma predominância das decisões chinesas nessas obras dada a evidente discrepância de poder entre as duas partes. Se considerarmos o constante crescimento do PIB da China e o aumento das exportações de manufaturados, pode-se concluir que o país conseguiu, até o momento, atingir seus objetivos de se utilizar dos recursos africanos de forma a criar um ambiente sustentável de cooperação que continua a ser aplicado. Novas nuances podem surgir, assim como novas consequências para o continente africano. Este é um tema ainda não finalizado que precisa de observações e análises futuras para que, se possível, se chegue a uma conclusão final deste cenário.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYLLÓN, B. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO: **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, 2006.

BRÄUTIGAM, D. AID 'WITH CHINESE CHARACTERISTICS': CHINESE FOREIGN AID AND DEVELOPMENT FINANCE MEET THE OECD-DAC AID REGIME. **Journal of International Development. International Development Program, School of International Service**, American University, Washington, DC, 2019.

BRÄUTIGAM, D. The Dragon's Gift: The real story of China in Africa. 1ª edição. **OXFORD PRESS**. New York, 2009.

BREUER, Julia. Two Belts, One Road? The role of Africa in China's Belt and Road initiative. **Blick Weshsel. Stiftung Asienhaus**. Cologne. Julho, 2017.

DOLLAR, D. UNDERSTANDING CHINA'S BELT AND ROAD INFRASTRUCTURE PROJECTS IN AFRICA. **Global China. Assessing China's growing role in the world**. Setembro, 2019.

FMI. **International Financial Statistics**. Disponível em <<http://www.ifsworld.com>>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

Forum on China-Africa cooperation. FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION SHARM EL SHEIKH ACTION PLAN (2010-2012). focac.org, 2009. Disponível em: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/200911/t20091112_7933571.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

Forum on China-Africa cooperation. THE FIFTH MINISTERIAL CONFERENCE OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION BEIJING ACTION PLAN (2013-2015). focac.org, 2012. Disponível em: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/201207/t20120723_8079762.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

Forum on China-Africa cooperation. The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018). focac.org, 2015. Disponível em: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/201512/t20151225_7933575.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

Forum on China-Africa cooperation. Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021). focac.org, 2018. Disponível em: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/201809/t20180912_7933578.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

GU, J.; SCHIERE, R. In: **African Development Bank Group**. China and Africa: an Emerging Partnership for Development? Chapter 1: Post-crisis prospects for China-Africa relations. Tunis, 2011.

KISSINGER, H. Sobre a China. 1ª Edição. **Editora Objetiva Ltda.** Rio de Janeiro. 2012.

LOOY, J. V.; HAAN, L. Africa and China: A Strategic Partnership? **Institute for Defence Studies and Analyses. Strategic Analysis**, Vol. 30, n. 3, Jul-Set, 2006.

MONTENEGRO, R.; ALVES, J. China e África além da economia: qual o impacto do FOCAC na arena multilateral (1971-2014)? **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte. Volume 13, n. 3, Dezembro, 2016.

MORGAN, P.; ZHENG, Y. Old bottle new wine? The evolution of China's aid in Africa 1956–2014. **Third World Quarterly**, v.40, n.7. 2019.

NONNEMBERG, M. J. B. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 2 (118), abril-junho, 2010.

OurWorldinData. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/human-development-index>. Acesso em: 12 de Novembro de 2023.

RENARD, M. In: **African Development Bank Group**. China and Africa: an Emerging Partnership for Development? Chapter 2: China's trade and FDI in Africa. Tunis, 2011.

RIBEIRO, V. L. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte. Outubro, 2017.

RIBEIRO, V. L. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. Volume 9, n. 2. **Oikos**. Rio de Janeiro. Agosto, 2010.

SCHIERE, R. In: **African Development Bank Group**. China and Africa: an Emerging Partnership for Development? Introduction: China's trade and FDI in Africa, 2011.

TIENG, H.; CHU, Y. China under Jiang Zemin. **Lynne Rienner Publishers**. Boulder, 2000.

TISDELL, C. Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years. **ECONOMIC ANALYSIS & POLICY**, Vol. 39 n. 2, Setembro, 2009.

VIEIRA, V. C. C. From Third World Theory to Belt and Road Initiative: International Aid as a Chinese Foreign Policy Tool. **Contexto Internacional**. vol. 41. Setembro, 2019.

XAVIER, N. S. A política externa chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola 2011. 156 f. (Mestrado em Ciência Política). **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

ZIROMWATELA, R.; CHANGFENG, Z. Africa in China's 'One Belt, One Road' Initiative: A Critical Analysis. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**. Volume 21, PP 10-21. Dezembro, 2016.

ZWEIG, D.; Bi J. "China's Global Hunt for Energy." *Foreign Affairs*, vol. 84, no. 5, 2005, pp. 25–38. **JSTOR**, <https://doi.org/10.2307/20031703>. Acesso em 18 de Agosto, 2023.